

# Discurso de Lula na ONU centra na crise climática

CCJ da Câmara avalia recurso de defesa de Chiquinho Brazão

Por Gabriela Gallo

Em meio a uma semana pouco movimentada no Congresso Nacional devido às eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seguirá com uma agenda de compromissos internacionais. Nesta terça-feira (24), ele discursará na abertura da 79ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos.

O evento acontece anualmente e reúne 193 chefes de Estado e de governo de todo o mundo. Tradicionalmente, o discurso do presidente do Brasil abre a sessão.

A expectativa é que o presidente fale sobre o combate à fome e a crise climática, com foco nas queimadas que assolam o país nas últimas semanas.

Essa não era a expectativa inicial. Mas o agravamento das queimadas no país pode levar Lula a usar a tribuna internacional para tratar do tema e pedir auxílio.

A informação foi divulgada pelo secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador Carlos Márcio Cozendey, na última semana. “Podemos esperar que eles [os temas] sigam um pouco a agenda que o Brasil propôs para o G20, ou seja, que falem de inclusão, combate à fome, transição energética e reforma da governança global”, reiterou.

## Chiquinho Brazão

Apesar da semana estar parada no Congresso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados ana-



Tendência é que CCJ rejeite o recurso de Chiquinho Brazão

lisará, nesta segunda-feira (23), um recurso da defesa do deputado federal Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ) contra a decisão do Conselho de Ética da Câmara em cassar o mandato do parlamentar. O relator do caso é o deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

Brazão está preso desde março, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e de seu motorista Anderson Gomes, em 2018 — juntamente com seu irmão Domingos Brazão, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e o ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa.

Os representantes do parlamentar alegam “falta de imparcialidade” da relatora do caso no Conselho de Ética, Jack Rocha (PT-ES). No recurso, a defesa de Brazão solicita um novo sorteio da relatoria e a reabertura do processo, “uma vez que a

deputada federal relatora da apresentação já havia externalizado posicionamento contrário ao deputado processado”.

Os advogados do deputado federal ainda alegam falta de isonomia na condução do caso. Isso porque eles argumentam que o fato imputado (o assassinato de Marielle) aconteceu anteriormente ao mandato na Câmara (portanto não deveria ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal). Esse foi o mesmo argumento usado recentemente para arquivar a representação contra o deputado André Janones (Avante-MG), acusado de praticar rachadinha, no conselho.

Segundo o relatório de Jack Rocha, “a perda do mandato é necessária para evitar que o acusado interfira na Justiça”.

“Ressalto a influência da família Brazão no Rio de Janeiro e a violação do decoro parlamentar pelo deputado”, destaca em seu relatório.

## Anistia

A presidente da comissão, deputada Caroline De Toni (PL-SC), acatou o pedido da defesa. Porém, a expectativa é que a CCJ derrube os recursos da defesa, visto que o caso teve repercussão nacional e internacional. Além disso, a tendência é que os membros da comissão definam sobre o recurso dos advogados de Brazão o quanto antes para, no retorno dos trabalhos em outubro, possam votar o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Em 28 de agosto, o Conselho de Ética da Câmara aprovou a cassação de Brazão por 15 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Caso a CCJ rejeite o pedido de defesa de Chiquinho Brazão, o caso seguirá para o plenário da Câmara dos Deputados. São necessários ao menos 257 votos favoráveis para cassar o mandato.

# Caciques do MDB são indiciados por corrupção

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

A Polícia Federal indiciou os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Eduardo Braga (MDB-AM), além do ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) sob suspeita de cobrança de propina para beneficiar a antiga Hypermarcas, hoje conhecida como Hypera Pharma, do setor farmacêutico. As informações foram reveladas pelo UOL na última sexta-feira (20) e confirmadas pelo Correio da Manhã.

A investigação concluiu que os três são acusados de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa; por atuarem para favorecer a empresa no Congresso Nacional em troca de propina. Os senadores teriam manipulado um projeto de lei que tramitou no Senado entre 2014 e 2015, relacionado a incentivos fiscais para empresas, de modo a favorecer este grupo. A PF ainda aponta que Calheiros indicou um nome para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a intenção de promover os interesses da farmacêutica dentro da agência.

O relatório revelou que a antiga Hypermarcas destinou cerca de R\$ 20 milhões aos senadores. O empresário Milton Lyra foi identificado como o intermediador.



Eduardo Braga e Renan são importantes líderes do MDB

## Lava Jato

Este inquérito, que se desdobrou da Operação Lava Jato, teve início em 2018, impulsionado pela delação premiada de Nelson Mello, ex-diretor da antiga Hypermarcas. Mello revelou ter firmado contratos fictícios com empresas sugeridas por Milton Lyra, visando transferir recursos a políticos.

Após seis anos de investigações sob sigilo, o relatório final foi encaminhado pela Polícia Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto. O ministro da Suprema Corte, Edson Fachin, relator do caso, repassou o material à Procuradoria-Geral da República (PGR), que agora avalia a possibilidade de apresentar uma denúncia contra os indiciados.

## Caciques

Caciques do MDB, Calheiros e Braga, senadores até 2026, consolidam suas posições como aliados estratégicos do Palácio do Planalto. Enquanto Braga é o responsável pela relatoria da reforma tributária no Senado Federal. Calheiros, além de presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, é pai do ministro dos Transportes do governo Lula, Renan Filho.

Já a investigação que envolve Jucá foi remetida à primeira instância da Justiça Federal no Distrito Federal, pois ele perdeu o foro privilegiado por não ocupar mais um cargo de autoridade pública.

Com essa mudança, o caso agora segue seu trâmite nas instâncias regulares.

## Defesas

Procurada pela reportagem, a defesa do senador Eduardo Braga chamou o indiciamento de “ilações esdrúxulas”.

“Trata-se de ilações esdrúxulas sem amparo nos elementos constantes do próprio inquérito”, disse o advogado Fabiano Silveira. “Há evidências claríssimas de que o parlamentar não manteve contato com o delator, que, além de mudar sua versão 4 anos depois, baseia suas declarações em mero ‘ouvir dizer’”, continua.

Em nota, a defesa de Romero Jucá repudiou o indiciamento e afirmou que o ex-senador colaborou com as investigações.

“É da natureza da função parlamentar a conexão com setores da sociedade, com empresários e grupos econômicos. Além do mais, contribuições legítimas para campanha política, dentro das regras eleitorais, com aprovação das prestações de contas do partido político pela Justiça Eleitoral, jamais podem ser consideradas como contrapartida de suposto ato de corrupção”, disse o documento da defesa de Jucá.

O Correio da Manhã também tentou contato com a assessoria do senador Renan Calheiros e com a empresa farmacêutica, Hypera Pharma, mas não obteve retorno.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Apoio do ex-presidente será mais citado depois

## Boulos segura ligação de Nunes com Bolsonaro

Candidato a prefeito de São Paulo pelo Psol, Guilherme Boulos quer deixar para um eventual segundo turno a ênfase na vinculação de Ricardo Nunes (MDB) ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

O motivo é simples: na atual fase da disputa eleitoral, reforçar a ligação entre os dois teria o potencial de tirar votos bolsonaristas de Pablo Marçal (PRTB) e de levá-los

para o emedebista. Todas as pesquisas mostram que Boulos, hoje, perderia numa disputa direta contra o atual prefeito, mas ganharia de Marçal. Esse é um dos motivos para o psolista centrar fogo em Nunes.

Já num segundo turno, Boulos reforçará o apoio de Bolsonaro ao prefeito — isto, para tentar transferir para o adversário a rejeição ao ex-presidente.

## Ausência

No debate promovido pelo SBT, Boulos falou no presidente Lula e na companhia de chapa, Marta Suplicy. Mas não citou Bolsonaro nem ao frisar que Nunes mudara de posição em relação à obrigatoriedade da vacinação contra a Covid talvez por influência de aliados.

## Vacina

O tema da vacina será bem explorado pelo psolista: pesquisas qualitativas detectaram uma rejeição às novas falas do prefeito. Boulos também vai insistir na suposta violação doméstica cometida por Nunes: percebeu que ele fica tenso quando o tema é abordado.



Bolsonaro leva votos e rejeição para aliado

## Exemplo de Ramagem preocupa campanha do MDB

Detectada pelo Datafolha, a disparada da rejeição do bolsonarista Alexandre Ramagem, candidato do PL à prefeitura carioca, alegrou Boulos e preocupou Nunes.

O reforço da associação do delegado da Polícia Federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ao ex-presidente coincidiu com sua

ascensão em duas semanas — ganhou seis pontos (passou de 11 para 17). O problema é que sua rejeição aumentou oito pontos: o índice dos que não votariam nele subiu de 29% para 37%.

Na capital fluminense, diferentemente do que ocorreu na paulista, Bolsonaro ganhou de Lula em 2022.

## Mudança de pele

A mudança de postura de Marçal, que reduziu muito seus ataques no SBT, gerou, nas campanhas, a dúvida sobre se ele, assim, conseguirá sua rejeição. Nunes, que disputa votos na mesma faixa, torce para que o eleitor não aceite a versão cordeiro do lobo dos debates.

## Barroso escapou

Compromissos em Nova York impediram que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, testemunhasse in loco, na sexta-feira, o conflito que se seguiu à entrada da PM para expulsar alunos que ocupavam o principal prédio da Uerj.

## Calado

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) decidiu não se manifestar sobre a prisão de Glauber Braga (Psol-RJ), seu adversário. O parlamentar foi detido ao tentar impedir a atuação da PM na Uerj: deputados só podem ser presos em flagrante em caso de crime inafiançável.

## Professor

Ex-aluno da Uerj e seu professor titular, Barroso vai todas as sextas ao campus para dar aulas de direito constitucional. A última vez que a PM entrou num campus carioca foi em 1968, quando alunos da UFRJ foram detidos e levados para o então estádio do Botafogo.